

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

Arraial do Cabo 09 de Dezembro de 2019

LISTA DE PRESEÇA

Nome	Órgão	Telefone	Email
Michêl A. P	PMSC / SGGU	22 999104170	gabincte.sgu@seesid
Vinício Faria	PMAC	22 999259199	vivvysouza@HOTMAIL
Mayon Victorino Lourenço	ARTMAC	(22) 999517631	mayon.victorino@hotmail.com
ECOL SOARES ANUSA	ANNUALTON	22 988133235	ECOLANUSA@GMAIL.COM
SERGIO ALVES FERNANDES	GABINETE DO PREFEITO	(22) 99747-6531	SERGIOFERNANDES2004@UOL.COM.BR
Luciano S. Cardoso dos Santos	P.M.A.C./SECOMP	(22) 99913-8655	COMPRAS@ARRAIAL.RS.GOV.BR
Willie Jean K. Pires	Comissão Vereadores	(22) 998000706	Willie_kp@Hotmail.com
MAXIMIANO LUIS PATELA	KESSOR DE NOTAS	(21) 97207-5395	MAXPATELA@GMAIL.COM
Edardo Teixeira da Silva	AREMATZ	(27) 998129972	eduardo.ty@hotmail.com
MAURO CESAR G. DA SILVA	SEMA	(22) 999555900	mauro.c.g.s@HOTMAIL.COM
FRY CIANNA DOS SANTOS	CÂMARA DE VEREADORES	(28) 998405349	ARIZUNO CIANNA@HOTMAIL
Luiz Alberto Ribeiro Soares	P.M.A.C./SEUSSP	(22) 99977-7165	ALBERTO.A.15563.D@GMAIL.COM

Ata de Reunião

Localização: Casa do Educador, Avenida da Liberdade, sem número. Arraial do Cabo-RJ.

Data: 09 de Dezembro de 2019

Início: 14h40 Término: 17h05

Assunto: 3ª Reunião do Grupo de Trabalho acerca da Bilhetagem Eletrônica para passeios náuticos no município de Arraial do Cabo

Participantes:

Olavo Carvalho – Secretário Municipal de Turismo e Eventos de Arraial do Cabo

Michela M. – Representante Secretaria Municipal de Governo de Arraial do Cabo

Vinicius Pereira – Representante Departamento de Comunicação de Arraial do Cabo

Sérgio Alves Fernandes – Representante do Gabinete do Prefeito

Eloi Soares Arruda – Representante do Arraial Tur

Luciano S Cardoso dos Santos – PMAC / SECOMP

William Luz – Câmara dos vereadores

Maximiano – Assessor do vereador William Luz

Eraldo Teixeira – Representante Aremac

Mauro Cesar G da Silva - SEMA

Ary Vianna dos Santos – Câmara dos Vereadores

Luiz Alberto Ângelo Soares – PMAC / SEMUSP

Maycon Victorino Cardoso – Representante Aremac

No dia nove de dezembro de dois mil e dezenove, às catorze horas e quarenta minutos, reuniu-se na Casa do Educador, localizada na Avenida da Liberdade, sem número, no bairro Centro, em Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, o grupo de trabalho acerca da implementação da bilhetagem eletrônica para passeios náuticos no município em discussão da terceira reunião agendada. Estiveram presentes os representantes listados em documento anexo. O Secretário Municipal de Turismo e Eventos Olavo Carvalho abriu a reunião agradecendo a presença de todos e fazendo uma breve apresentação do projeto, destacando a necessidade de pôr em discussão a reforma de toda a marina dos pescadores, uma infraestrutura para receber os turistas que buscam Arraial do Cabo como destino favorito e a importância de se avançar para um turismo de qualidade e de maneira profissional, com fiscalização, ordenação, arrecadação de impostos e retorno para o município e os municípios em geral e não somente os que exploram atividades turísticas. Olavo ressaltou também que o bilhete eletrônico será um ordenamento que trará comodidade ao turista, que poderá comprar com antecedência e de forma on-line o bilhete para passeio náutico, e possibilidade de planejamento do empresário

que poderá trabalhar com previsão e receber o dinheiro antes do cliente chegar na cidade. Citou também algumas das exigências que a empresa licitada para gerenciar a bilhetagem eletrônica precisará cumprir, tais como monitoramento por câmeras, segurança, limpeza, a implementação e manutenção do sistema de vendas, a geração de empregos priorizando o povo cabista e a capacitação da mão de obra. Ainda na abertura da reunião, o secretário de turismo reforçou as inúmeras reclamações que chegam até ele sobre o turismo desordenado e agressivo, a falta de atuação da gestão pública municipal, a ausência de controle no repasse das verbas da taxa de acesso à marina dos pescadores e na arrecadação de impostos, voltando a frisar a importância da bilhetagem eletrônica ser aprovada e colocada em prática. Abre aspas "Precisamos encontrar uma maneira de transformar a cidade e fazer valer à pena o tempo que está aqui. Resolver as questões que hoje estão sendo criticadas." O empresário Eloi Soares Arruda pediu a palavra, em nome dos empresários de passeios náuticos, e pautou acerca de se nivelar o turismo por cima, afirmando que os presentes estavam ali para funcionar e querem que o projeto funcione. Eloi mencionou a tarefa de apresentar até às doze horas do dia dez de dezembro de dois mil e dezenove uma proposta alternativa a da prefeitura para organizar a atividade de passeios náuticos ao Ministério Público para ordenamento já para o verão de dois mil e vinte. O empresário reforçou que está no ramo há vinte e nove anos e que participou de diversas tentativas para regulamentar a atividade e que nenhuma foi à frente devido a discordância e da falta de diálogo entre a gestão pública municipal e os trabalhadores do ramo e da desconfiança do povo cabista para com a gestão. O senhor Igor, dono de embarcação, também se manifestou sobre a falta de consenso entre as partes anteriormente citadas pelo sr. Eloi. Para ele, nenhum empresário gosta de perder dinheiro e que se hoje consegue cobrar um preço maior do passeio, em relação a outras empresas, foi porque acreditou no turismo e investiu para chegar até o patamar que se encontra. O mesmo alega que a maioria dos trabalhadores que vende passeio de barco na rua, os chamados "atravessadores", não é de Arraial do Cabo e que os empresários não gostam da ação dos mesmos. Questionou a falta de fiscalização do poder público com as irregularidades e a falta de diálogo entre os órgãos competentes. Maycon Victorino Cardoso, representando a AREMAC, tomou a palavra para comentar acerca do projeto de lei, já revogado, que foi elaborado sem a consulta da classe, a qual a classe de barqueiros acionou o Ministério Público, que por sua vez acionou a Prefeitura de Arraial do Cabo para que se adequasse. Ainda como representante da AREMAC, reforçou que não é contra a bilhetagem eletrônica. Maycon informou também que as reuniões do Grupo de Trabalho foi uma recomendação do Ministério Pública solicitada pela classe, questionando a forma que as datas foram conduzidas, sem tempo hábil para os interessados se adequarem às exigências por ser às vésperas de um feriado. Após a fala do Sr. Maycon, todos os representantes da classe interessada presentes concordaram que o processo foi mal conduzido em relação ao pouco tempo de organização e que representantes foram barrados nas duas primeiras reuniões. Olavo Carvalho retomou a fala reforçando que o trabalho que está sendo realizado por parte da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo não tem intenção de prejudicar ninguém e sim propor a transparência, com intenção de resolver as principais demandas do setor atualmente, equalizando as questões da melhor maneira possível para todos. Ele alegou presidir a primeira reunião e não estar ciente de pessoas serem impedidas de entrar nas reuniões. A representante da Secretaria de Compras e Licitações, Michela M., se colocou na discussão ser apresentando, informando que não é cabista, mas é profissional de gestão pública responsável por elaborar projetos em cima de projetos de lei para atender às necessidades apontadas pelo setor. Michela esteve presente na reunião com o Ministério Público em que todos os pontos discutidos foram levantados, sobretudo a falta de diálogo com a classe interessada, e levou a ata da reunião à Procuradoria Geral do Município. Em cima

dessa ata, a Procuradoria Geral do Município montou um projeto de decreto sobre como funcionaria o grupo de trabalho, em que foi acordado que seriam três reuniões com os representantes registrados da classe e não toda a população para que o trabalho fosse à frente, definindo as prioridades para essa regulamentação sair do papel. Michela reforçou que todas as mídias e discussões estão sendo gravadas, oficiadas em processo e encaminhadas tanto ao Ministério Público Estadual, quanto ao Ministério Público Federal, e que todos os presentes poderiam ter acesso aos documentos. A representante da Secretaria de Governo mostrou o processo administrativo referente a discussão em andamento e reforçou que todos os passos desse processo foram devidamente relatados ao Ministério Público. Michela também alegou estar perplexa por saber que tiveram relatos de representantes barrados, pois a intenção foi chamar o maior número de interessados possíveis para a reunião. Informou também que o Ministério Público pediu um cadastro para participar do grupo de trabalho, pois não sabia se quem estava participando das reuniões realmente era presidente e/ou representava legalmente as instituições que alegava. Ainda de acordo com Michela, como foi constatado que as entidades não se cadastraram no prazo estipulado, foi solicitado a Coordenadoria de Comunicação que veiculasse que os grupos de trabalho estavam abertos à participação a todos, não haveria necessidade de um pré credenciamento. Além disso, ofícios foram encaminhados às respectivas entidades para reforçar o convite, inclusive, algumas se recusaram a receber o ofício e o portador anotou o nome da pessoa, fazendo uma declaração de próprio punho, se colocando à disposição para testemunhar se preciso for. Isso é um procedimento padrão, se um ente público for entregar um ofício e houver recusa no recebimento, tudo é anotado. O servidor público que for entregar tem fé pública, ele é o responsável por portar aquele documento. Ainda de acordo com a representante, a ideia é fazer um pré-projeto participativo e coletivo e o projeto final só será enviado para aprovação após as considerações feitas em audiência pública. Michela reforça que a ideia principal é oferecer qualidade no maior produto do município, hoje o passeio náutico, e que, embora o tema seja controverso e envolva diversas áreas dentro do município, a gestão pública tem o papel de servir e fazer o melhor para Arraial do Cabo, pois do jeito que a atividade se encontra, pode surgir um problema grave que venha prejudicar a todos. Ela concorda que há necessidade de mais discussões acerca do tema e se coloca à disposição para esclarecer todas as dúvidas ao longo do processo. Olavo Carvalho retomou a palavra alegando que a missão de implementar um bilhete eletrônico não é fácil, mas como cabista, a ideia é fazer algo diferente porque a cidade merece isso. O secretário e mediador da conversa reforçou que está assustado com as histórias que ouve e a situação que se encontra a atividade. Usou como exemplo a história de um profissional que resgata barcos, em que o mesmo alega ter tirado uma embarcação do fundo do mar, içando a mesma, retirando a água com bombas e trazido a mesma até a praia com um remendo. Ainda de acordo com o profissional, o empresário dono da embarcação permitiu que o barco exercesse a atividade de passeios náuticos durante todo o verão com aquele remendo, colocando em risco a todos. Olavo diz que a fiscalização precisa atuar e citou os números apresentados pelo órgão ICMBIO, que administra os três principais parques – Foz do Iguazu, Floresta da Tijuca e Arraial do Cabo – e que Arraial registrou um milhão e trezentas mil pessoas realizando passeios náuticos no último verão. O secretário reforça que não falta turista, a procura tem sido muito grande e o município precisa se estruturar para oferecer qualidade e boa impressão aos visitantes. Ainda com a palavra, a bilhetagem eletrônica, com a participação e o empenho de todos, vai melhorar muito a atividade no município. Abre aspas “Não adianta eu, secretário de turismo, frequentar as feiras de turismo em todo o país para vender o produto Arraial do Cabo se, ao chegar aqui, os turistas se assustam com a abordagem agressiva, o aspecto ruim da marina dos pescadores e a

desordem pública. Eu fico constrangido com isso. Gostaria que vocês propagassem isso nos outros grupos: a intenção é tornar mais agradável o nosso trabalho, fazendo isso de forma ordenada. Não queremos implantar empresa X ou Y, a intenção é profissionalizar o turismo. Nós não temos noção das proporções que alcançamos. Frequentar as feiras de turismo abriu meus olhos e eu convido os senhores.” Olavo reforça que a Prefeitura não vai controlar os preços do passeio, pois a concorrência precisa existir de maneira saudável e que cada empresário sabe o custo de sua operação, a Prefeitura não vai intervir nisso. Das quinze horas e vinte e nove minutos até às quinze horas e cinquenta e sete minutos, Olavo, como mediador da reunião, leu a ata da primeira reunião a pedido dos presentes. Ao final da leitura, o senhor Eraldo Teixeira pediu a palavra para ponderar a cerca de uma colocação do Secretário do Ambiente Arildo Mendes feita na primeira reunião. Eraldo corrigiu a fala do Sr. Arildo informando que trinta por cento do arrecadado da taxa de acesso a marina dos pescadores vai para a pesca e dez por cento vai para a Aremac realizar o monitoramento do local. Eraldo informa que a lancha da Aremac faz ronda periódica não só focando o turismo, mas também apoiando a atividade de pesca e que os dez por cento para manter a instituição e o monitoramento estão definidos pelo Termo de Ajustamento de Conduta e que, por mais que ofereçam ajuda ao pescador em algumas situações, não é obrigação da Aremac essa tarefa. O representante Maycon também pediu a palavra para falar que é preciso ter foco, que as pessoas colocaram suas visões e que esquecem que o objetivo é criar um documento para regulamentar a atividade. Maycon pediu que o grupo de trabalho pudesse ter mais discussões para que se entre em consenso sem repetir o que já foi explanado nas reuniões anteriores e que, somente após todas as reuniões do grupo encerrarem, a audiência pública seja marcada. Michela então propôs a todos o cancelamento da audiência pública marcada para o dia dezois de dezembro para que sejam inclusas novas datas para reuniões do grupo de trabalho. Todos os presentes concordaram com o cancelamento e a inclusão de novas datas para discussão do grupo de trabalho. Michela reforçou a todos os presentes que o projeto não será implementado em janeiro, conforme muitos especulavam, e que a urgência de se encerrar essa discussão implementando o projeto é uma exigência do Ministério Público. Michela esclareceu que é preciso um tempo de maturação. Em ordem, é preciso criar uma lei, depois elaborar o projeto executivo, em seguida, o projeto básico, que por sua vez vai para compras e licitações. Após isso, será feita uma minuta de edital, que antes de ser publicado é encaminhado para o setor jurídico dar um parecer. Após a publicação do edital, o Tribunal de Contas realiza uma prestação de contas e que tudo isso leva cerca de três a quatro meses, fora o processo dentro da Câmara dos Vereadores. Mas até chegar ao ponto externo vai levar de três a quatro meses para chegar até a lei. Dentro da câmara também há um processo. Michela encerra sua fala reforçando que o objetivo é ouvir a todos e elaborar um projeto que, de fato, seja bom para o município. O senhor Eloi pede a palavra e põe novamente em discussão que a forma que foi apresentada a discussão, com urgência e prazos curtos, assustou toda a classe. Eloi volta a falar que se a Prefeitura buscasse o diálogo com os empresários e os demais envolvidos, a receptividade teria sido maior. Ele também reforça que a situação atual dos passeios náuticos está “péssima” e que o projeto pode atender às necessidades desde que seja em parceria com a classe. Michela deu início a apresentação do pré-projeto na íntegra às dezois horas e trinta e sete minutos, pontuando a composição de preço, o processo de funcionamento, a validação e segurança, as benfeitorias, os benefícios, o compromisso público e as referências. Ao longo da apresentação, a representante esclareceu as dúvidas e desmistificou boatos acerca do projeto que foi bem recebido pelos presentes e contou com duas colaborações sendo o acréscimo de uma equipe de resgate e atendimento de eventuais emergências e a inclusão da possibilidade de trabalho em parceria com agências de turismo

comissionadas diretamente pelo sistema. Conforme o combinado, a reunião teve seu encerramento às dezessete horas e cinco minutos. Todos os presentes concordaram em programar uma nova reunião do grupo de trabalho para o dia dezesseis de dezembro com hora a combinar, uma reunião para o mês de janeiro com detalhes à confirmar e com o adiamento da audiência pública com data a ser definida após o encerramento das discussões do grupo de trabalho. Também ficou combinado dos representantes da Prefeitura de Arraial do Cabo realizarem novas apresentações do pré-projeto para cada associação que solicitar. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata.



Michela Polaquini
Mat. 44005

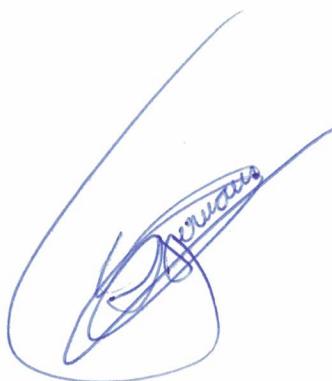


Handwritten signature

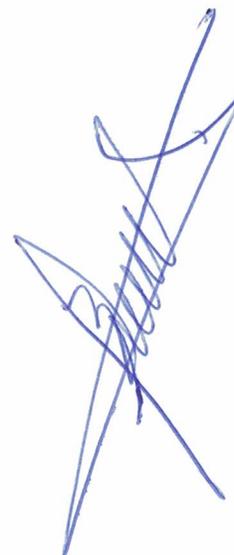


Handwritten signature

Maximiano da Costa



Handwritten signature



Handwritten signature



Handwritten signature